



Santa Maria Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF 12.053.787/0001-39

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rodovia CE 021, KM 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial – Maracanaú - CE,
CEP 61939-906

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	14
5 Títulos e Valores Mobiliários	14
6 Clientes	15
7 Transações com Partes Relacionadas	15
8 Imobilizado	16
9 Fornecedores	16
10 Empréstimos e Financiamentos	16
11 Debêntures	17
12 Patrimônio Líquido	18
13 Receita Operacional Líquida	18
14 Custos e Despesas Operacionais	18
15 Resultado Financeiro	19
16 Imposto de Renda e Contribuição Social	19
17 Instrumentos Financeiros	20
18 Provisões para Demandas Judiciais	22
19 Seguros	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

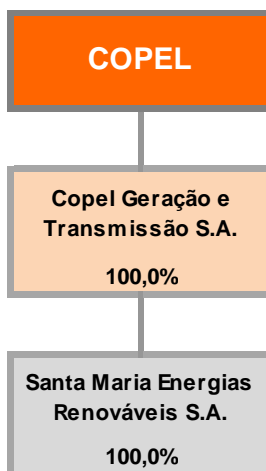
AOS ACIONISTAS

A administração da Santa Maria Energias Renováveis S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GET), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Santa Maria), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.053.787/0001-39, com endereço na Rodovia CE 021, km 8, s/n, sala 2, Distrito Industrial, Maracanaú - CE, CEP 61.939-906, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como SPE, em 02.06.2010.

Santa Maria é subsidiária integral da Copel GET, que por sua vez é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, conforme ilustrado no organograma societário de 31.12.2015 que se segue.



Santa Maria sagrou-se vencedora no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 18.08.2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-Aneel

Santa Maria é detentora de outorga de autorização, nos termos da Portaria MME nº 274, de 07.05.2012, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santa Maria, constituída de 11 Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada e 15.700 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.



A energia de Santa Maria foi comercializada por meio de Contratos de Energia de Reserva - CERs, por 20 anos a partir de 1º.07.2014, ao preço médio de R\$ 101,98/MWh, data-base agosto de 2011, atualizado anualmente pelo IPCA.

As unidades geradoras de Santa Maria entraram em operação comercial em 23.04.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 1.174, de 22.04.2015.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2015	2014	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	139.702	145.513	(4,0)
Caixa e equivalentes de caixa	11.798	31.750	(62,8)
Dívida total	57.789	53.074	8,9
Dívida líquida	45.991	21.324	115,7
Deduções da receita	459	-	-
Receita operacional líquida	12.104	-	-
Custos e despesas operacionais	6.437	130	4.851,5
Resultado das atividades	5.667	(130)	(4.459,2)
EBITDA ou LAJIDA	8.870	(130)	(6.923,1)
Resultado financeiro	(3.020)	2.489	(221,3)
IRPJ/CSLL	974	885	10,1
Lucro operacional	2.647	2.359	12,2
Lucro líquido do exercício	1.673	1.474	13,5
Patrimônio líquido	63.632	22.418	183,8
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,7	0,4	79,2
Liquidez geral (índice)	0,5	0,3	43,7
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	73,3	-	-
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	90,8	236,7	(61,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	21,9	-	-
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	13,8	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	54,5	84,6	(35,6)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 30 de março de 2016

Dilcemar de Paiva Mendes

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente SERGIO LUIZ LAMY
Membros NICOLE DOMAKOSKI
ROBERTO CAMBUÍ

CONSELHO FISCAL

Presidente NILSON SCHEFLER
Membros ARTUR FELIPE FISCHER PESSUTI
ANA CLARA MORRISSY JOHNSON

DIRETORIA

Diretor Presidente DILCEMAR DE PAIVA MENDES
Diretor de Gestão PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA
Diretor de Finanças NILTON MORETTI DOS SANTOS

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.798	31.750
Títulos e valores mobiliários	5	2.170	-
Clientes	6	1.296	-
Adiantamento a fornecedores		7	2
Imposto de renda e contribuição social		-	247
Outros tributos a recuperar		5	-
Despesas antecipadas		-	10
Partes relacionadas	7	-	1
		15.276	32.010
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	7	20.317	7.958
Cauções e depósitos vinculados		-	101
		20.317	8.059
Imobilizado	8	104.109	105.444
		124.426	113.503
TOTAL DO ATIVO		139.702	145.513

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	1.253	-
Fornecedores	9	16.278	29.899
Imposto de renda e contribuição social		223	-
Outras obrigações fiscais		166	20
Empréstimos e financiamentos	10	3.979	-
Debêntures	11	-	53.074
Dividendos a pagar	7	186	186
Outras contas a pagar		64	-
		22.149	83.179
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	-	39.541
Imposto de renda e contribuição social diferidos		111	375
Empréstimos e financiamentos	10	53.810	-
		53.921	39.916
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	61.361	21.820
Reserva legal	12.2	123	39
Reserva de retenção de lucros	12.2	2.148	559
		63.632	22.418
TOTAL DO PASSIVO		139.702	145.513

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	12.104	-
Custos Operacionais	14	(5.044)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		7.060	-
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.393)	(130)
		(1.393)	(130)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		5.667	(130)
Resultado Financeiro	15		
Receitas financeiras		2.813	2.669
Despesas financeiras		(5.833)	(180)
		(3.020)	2.489
LUCRO OPERACIONAL		2.647	2.359
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16		
Imposto de renda e contribuição social		(1.238)	(510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		264	(375)
		(974)	(885)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.673	1.474

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
em milhares de reais

	31.12.2015	31.12.2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.673	1.474
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.673	1.474

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	18.411	-	-	-	(690)	17.721
Aumento de capital	3.409	-	-	-	-	3.409
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.474	1.474
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	-	39	-	(39)	-
Dividendos	-	-	-	-	(186)	(186)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	559	(559)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.820	-	39	559	-	22.418
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	24.902	-	-	-	24.902
Aumento de capital	39.541	(24.902)	-	-	-	14.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.673	1.673
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	-	84	-	(84)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.589	(1.589)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	61.361	-	123	2.148	-	63.632

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
em milhares de reais

	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.673	1.474
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais		
Variações monetárias não realizadas - líquidas	5.456	-
Imposto de renda e contribuição social	1.238	510
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(264)	375
Depreciação e amortização	3.203	-
	11.306	2.359
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	(1.296)	-
Imposto de renda e contribuição social	247	(240)
Outros tributos a recuperar	(5)	-
Despesas antecipadas	10	104
Outros créditos	-	(2)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(13.621)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.015)	(510)
Outras obrigações fiscais	146	(466)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	(586)	(1.557)
Encargos de debêntures pagos	(8.991)	-
Outras contas a pagar	64	(384)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(13.741)	(696)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	(2.069)	(101)
Créditos concedidos a partes relacionadas	(12.358)	(7.301)
Aquisições de imobilizado	(1.873)	(40.189)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(16.300)	(47.591)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	59.462	-
Ingressos de debêntures emitidas	-	50.000
Ingressos de obrigações com partes relacionadas	1.253	29.700
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(626)	(25.000)
Amortização de principal de debêntures	(50.000)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	10.089	54.700
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.952)	6.413
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	31.750	25.337
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.798	31.750
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.952)	6.413

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2015	31.12.2014
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	12.563	-
	12.563	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Encargos de uso da rede elétrica	1.543	-
Material, insumos e serviços de terceiros	413	53
Outros insumos	28	54
	1.984	107
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	10.579	(107)
(-) Depreciação e amortização	3.203	-
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	7.376	(107)
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	2.813	2.669
	2.813	2.669
	10.189	2.562

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	670		-	
Planos previdenciário e assistencial	112		-	
Auxílio alimentação e educação	46		-	
Encargos sociais - FGTS	46		-	
Indenizações trabalhistas	10		-	
Participação nos lucros e/ou resultados	22		-	
	906	8,9	-	-
Governo				
Federal	1.736		885	
Estadual	17		-	
Municipal	35		-	
	1.788	17,5	885	34,6
Terceiros				
Juros	5.684		180	
Arrendamentos e aluguéis	138		23	
	5.822	57,1	203	7,9
Acionistas				
Lucros retidos na empresa	1.673		1.474	
	1.673	16,5	1.474	57,5
	10.189	100,0	2.562	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. Tem como objeto social a geração de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produtor independente de energia, e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria relacionados à geração de energias alternativas.

A Central Geradora Eólica EOL SM é constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 16.0 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,98/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

A entrada em operação comercial da central geradora foi em abril de 2015 e a data de vencimento da autorização é 07.05.2047.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30.03.2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.1 e 17 - Instrumentos financeiros; e
- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros

3.1.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.7 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia são IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos conta movimento	34	75
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.764	31.675
	11.798	31.750

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Refere-se a aplicações financeiras de baixo risco, conforme exigido em cláusula contratual de empréstimo e financiamento contratado junto ao BNDES.

6 Clientes

	31.12.2015
Suprimento faturado	-
Suprimento não faturado	1.296
	1.296

7 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2015	31.12.2014
Entidades sob controle comum		
Ativo circulante - Santa Helena Energias Renováveis S.A.	-	1
Ativo não circulante - Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (a)	3.650	3.650
- Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (a)	3.650	3.650
- Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (b)	5.334	-
- Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (c)	7.683	-
- Santa Helena Energias Renováveis S.A. (a)	-	658
Passivo circulante - Copel Renováveis S.A. (d)	1.253	-
Controladora - Copel		
Passivo circulante - Dividendos	186	186
Passivo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	39.541

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referentes aos custos incorridos na fase de construção.
- b) Em 30.09.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Santa Maria Energias Renováveis S.A. (mutuante) e a Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 5.000, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2015, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 286. O mútuo foi quitado em 29.01.2016.
- c) Em 30.09.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Santa Maria Energias Renováveis S.A. (mutuante) e a Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 7.000, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2015, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 594.
- d) Em 2015, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes.
- e) A Copel concedeu fiança em empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme NE nº 10.

8 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.2014	Adições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2015
Em serviço								
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	(166)	5.283	5.117
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	(3.037)	102.029	98.992
	-	-	-	-	-	(3.203)	107.312	104.109
Em curso								
Adiantamento a fornecedores (a)	24.143	45.206	(64.066)	5.283	(5.278)	-	(5)	-
Obras em andamento	11.210	24.885	64.066	100.161	7.151	-	(107.312)	-
	35.353	70.091	-	105.444	1.873	-	(107.317)	-

(a) O saldo remanescente foi transferido para o ativo circulante em 2015.

Os custos de debêntures capitalizados no imobilizado durante o ano de 2015 totalizaram R\$ 1.608, à taxa média 6,05% a.a. (R\$ 3.511, à taxa média de 6,05% a.a., em 2014).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos em 2015 e em 2014.

9 Fornecedores

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2015
			final			
BNDES - 14.2.1271.1	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	59.462	57.789
Circulante						3.979
Não circulante						53.810

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

10.1 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2015	-	-	-
Ingressos	-	59.462	59.462
Encargos	845	(1.306)	(461)
Transferências	4.346	(4.346)	
Amortização - principal	(626)	-	(626)
Pagamento - encargos	(586)	-	(586)
Em 31.12.2015	3.979	53.810	57.789

10.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2017	3.666
2018	3.666
2019	3.666
2020	3.666
2021	3.666
Após 2021	35.480
	53.810

10.3 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2015, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

11 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2015	31.12.2014
1ª	10.06.2014	1	10.06.2015	100% CDI + Spread 0,90% a.a.	50.000	-	53.074

Características:

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 50.000.

Foram emitidos 5000 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Juros pagos em uma única parcela na data de vencimento.

Destinação:

Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias:

Fidejussória.

Interveniente garantidora:

Copel.

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

11.1 Mutação das debêntures

Em 1º.01.2014	-
Ingressos	50.000
Encargos	3.074
Em 31.12.2014	53.074
Encargos	5.917
Amortização - principal	(50.000)
Pagamento - encargos	(8.991)
Em 31.12.2015	-

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2015 monta a R\$ 61.361 (R\$ 21.820, em 31.12.2014), composto por 61.361.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A..

Em 12.11.2015, o controle acionário da Companhia foi transferido da Companhia Paranaense de Energia para a Copel Geração e Transmissão S.A..

12.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

Para o exercício de 2015 a Administração após análise da situação financeira da Companhia propõe a Assembleia Geral Ordinária a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) e consequente retenção do lucro do exercício, após a constituição da reserva legal.

13 Receita Operacional Líquida

	31.12.2015
Receita Bruta	12.563
(-) PIS/Pasep e Cofins	(459)
Receita Líquida	12.104

14 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2015	Despesas gerais e administrativas	31.12.2014
Encargos de uso da rede elétrica	(1.543)	-	(1.543)	-	-
Pessoal e administradores	-	(948)	(948)	-	-
Planos previdenciário e assistencial	-	(112)	(112)	-	-
Material	-	(6)	(6)	-	-
Serviços de terceiros	(160)	(247)	(407)	(53)	(53)
Depreciação e amortização	(3.203)	-	(3.203)	-	-
Arrendamentos e aluguéis (a)	(138)	-	(138)	(23)	(23)
Outros custos e despesas operacionais	-	(80)	(80)	(54)	(54)
	(5.044)	(1.393)	(6.437)	(130)	(130)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuou pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passou a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

15 Resultado Financeiro

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.797	2.669
Outras receitas financeiras	1.016	-
	2.813	2.669
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	5.345	-
Tarifas bancárias	326	1
Outras despesas financeiras	162	179
	5.833	180
Líquido	(3.020)	2.489

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receitas com venda de energia	12.563	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	2.575	1.566
(-) IOF	-	(26)
Base de cálculo IRPJ 8%	3.580	1.540
Base de cálculo CSLL 12%	4.083	
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	904	370
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	334	140
Imposto de renda e contribuição social	1.238	510
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	326	1.103
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	111	375
Reversão de provisão de IRPJ e CS sobre a receita financeira	(375)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(264)	375

17 Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2015		31.12.2014	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	11.798	11.798	31.750	31.750
			11.798	11.798	31.750	31.750
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	6		1.296	1.296	-	-
			1.296	1.296	-	-
Disponíveis para venda						
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	2.170	2.170	-	-
			2.170	2.170	-	-
Total dos ativos financeiros			15.264	15.264	31.750	31.750
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	9		16.278	16.278	29.899	29.899
Empréstimos e financiamentos (c)	10		57.789	55.923	-	-
Debêntures (d)	11		-	-	53.074	53.074
Total dos passivos financeiros			74.067	72.201	82.973	82.973

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 117% do CDI para desconto do fluxo de pagamento esperado.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2014, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores

Mobiliários considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2018, repetem-se os indicadores de 2017 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2015							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	1.064	2.115	9.229	41.843	57.194	111.445
Fornecedores	-	-	-	16.278	-	-	16.278
		1.064	2.115	25.507	41.843	57.194	127.723
31.12.2014							
Debêntures	NE nº 11	-	-	56.507	-	-	56.507
Fornecedores	-	-	26.909	2.990	-	-	29.899
		-	26.909	59.497	-	-	86.406

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2015 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

Ativos Financeiros: projeção de taxa CDI/Selic de 15,77% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 1º.01.2017 divulgada pela Bovespa em 30.12.2015;

Passivos Financeiros: CDI/Selic de 14,26%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 05.02.2016.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2015	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	11.764	1.863	1.398	932
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	2.170	344	258	172
		11.764	1.863	1.398	932
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	(59.462)	(4.334)	(5.418)	(6.501)
		(59.462)	(4.334)	(5.418)	(6.501)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

18 Provisões para Demandas Judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

19 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Garantia de Pagamento - Extremoz (a)	16/11/2016	544
Seguro de Riscos Operacionais (b)	29/12/2016	102.109
Seguro de Responsabilidade Civil Geral (c)	29/12/2016	20.000

Santa Maria Energias Renováveis S.A.



a) Garantia Financeira

Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

b) Riscos Operacionais

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no Parque Eólico.

c) Responsabilidade Civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Santa Maria Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

Santa Maria Energias Renováveis S.A.



nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Os membros do Conselho Fiscal da Santa Maria Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Diretoria de Destinação do Resultado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 30 de março de 2016

Nilson Scheffler

Ana Clara Morrissy Johnsson

Artur Felipe Fischer Pessuti